

## **O CALDEIRÃO DE SANTA CRUZ DO DESERTO SOB A PERSPECTIVA DA IMPRENSA CEARENSE**

ADRIANA RIBEIRO DE FIGUEIREDO \* 1

SIMONNE LISBOA MARQUES \* 2

### **NORDESTE: AS SECAS E SEUS DESDOBRAMENTOS**

Quando nos referimos à seca do Sertão nordestino, uma sub-região criada pelos homens para facilitar os estudos da região Nordeste, devemos ter em mente que esse “fenômeno natural” tem por característica principal a má distribuição de chuvas ao longo do tempo. O clima dominante é o semiárido, não o desértico. O problema é que durante vários anos, meses ou semanas podemos nos deparar com a ausência delas e em minutos um aguaceiro vem do céu e traz esperança para aqueles que têm que contar com os reservatórios de água subterrâneos, muitas vezes dispersos pelo solo, em sua maioria fértil, por incrível que pareça, e assim não podem atender às necessidades básicas da população. A seca desde muito se constitui em um problema político uma vez que ao longo de nossa história ainda afeta grande parcela da população nordestina. Poucos têm interesse em modificar a situação reinante.

Realizando um breve retrospecto de nossa formação social e econômica ainda nos confrontamos com a secular má distribuição de terras dando origem a grandes massas de explorados e expropriados obrigando os trabalhadores do campo, sobretudo os que viviam em

---

\* 1 Mestranda em Sociologia pelo Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ

\* 2 Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ

condições adversas, a buscar organizações capazes de garantir sua reprodução material, preservar seus interesses e sua dignidade.

Mesmo tendo como base econômica as atividades agrícolas, é incontestável que os trabalhadores rurais brasileiros sempre foram tratados de forma marginalizada constituindo-se em um segmento que sobreviveu em meio às mais cruéis condições de existência.

Não restam dúvidas de que associados a esta injusta situação socioeconômica, os prolongados períodos de seca que foram registrados desde a época colonial levaram aos estados nordestinos problemas de diversas ordens, comprometendo seu desenvolvimento.

Com o passar dos anos, porém, muitos outros períodos de seca se repetiram, cada qual com intensidade e consequências mais brutais. Atingindo principalmente o sertão nordestino e as cidades nordestinas direta ou indiretamente, as secas traziam prejuízo não apenas para a lavoura, para a criação de gado, mas vinham acompanhadas de outras mazelas, como epidemias, miséria e grandes deslocamentos populacionais.

*De 1877 a 1932 estava gestando-se uma nova estrutura de sentimentos em relação à pobreza generalizada que a seca dava viabilidade. Um novo relacionamento entre retirantes, governantes e habitantes das cidades se tornava o centro de uma série de atitudes com relação aos miseráveis em momentos de escassez, quando uma legitimidade social era atribuída às ações coletivas que as multidões de retirantes já começavam a empreender. (NEVES, 2001: 107)*

A falta de ações políticas efetivas para resolver os problemas tanto de ordem natural quanto em relação à má distribuição de terras promoveram ao longo dos anos o agravamento das questões sociais no interior nordestino.

Desde 1877 “o governo permitia a construção de abarracamentos em vários pontos da cidade” (NEVES, 1996: 96), onde “se amontoava grande número de pessoas, sendo vigiadas e controladas pelo responsável do acampamento. Alguns retirantes trabalhavam sem receber nada mais do que rações diárias, fazendo desses homens livres nada mais do que escravos.” (ALBUQUERQUE, 1995: 118-119)

Porém, na grande seca de 1915, foi criada a ideia de isolar a população de retirantes, impedindo que as multidões chegassem às cidades. O primeiro campo de concentração no Ceará foi o de Alagadiço, cenário para o romance de Raquel de Queiroz, *O Quinze*, lançado

anos mais tarde. “Esta iniciativa, tomada pelo então Presidente do estado, Cel. Benjamim Barroso, (...) facilitaria a distribuição de socorros e permitiria um tratamento melhor e mais humano” aos flagelados. Porém, a falta de recursos financeiros e de controle administrativo por parte do Estado comprometeu a prática dessa medida assistencialista e criou péssimas condições para os refugiados da seca. Havia superlotação em muitos deles “o campo de concentração de Alagadiço, criado para ‘fim tão humanitário’, chegando a comportar permanentemente mais de oito mil pessoas, cedo mostrou-se incapaz de corresponder às expectativas de seus idealizadores.” (NEVES, 1995: 91) A escassez de alimentos e a falta de higiene, por sua vez, foram responsáveis por milhares de mortes nos “currais da seca”, levando muitos flagelados a abandonar os “cativeiros”. Cabe destacar que, em 1915, a jornada sanitarista no interior, que ocorreu entre os anos de 1910 e 1920, estava ainda em execução.

Muitas são as mazelas que acompanham as secas: as cidades perdem sua dinâmica própria e transformam-se em refúgio para grandes multidões de retirantes, que levam com eles o medo de saques e do aumento da criminalidade. Nas fazendas os prejuízos são incalculáveis, a agricultura se perde e o gado morre deixando os proprietários sem ação. Pequenos agricultores deixam suas propriedades levando suas famílias para outras regiões; e as epidemias espalham-se sem muita resistência, uma vez que as aglomerações de retirantes, somadas às más condições sanitárias, à precariedade de higiene e à má qualidade de alimentação contribuem indelevelmente para o agravamento do flagelo.

Já no Governo Getúlio Vargas, em 1932, outros campos de concentração foram criados. Na edição do jornal Correio da Manhã, de abril do mesmo ano, foram anunciadas algumas iniciativas do governo federal a fim de atenuar os efeitos da seca para a população nordestina:

*O sr. José Américo, ministro da Viação, conferenciou ontem com o sr. Salgado Filho, titular da pasta do Trabalho, afim de combinar medidas relativas ao transporte dos flagelados do nordeste para o porto de Santos, de onde se dirigirão ao interior para serem, pelo governo de São Paulo, localizados na lavoura. (Correio da Manhã, 12 de abril de 1932)*

Na mesma edição também era anunciada a criação de campos de concentração:

*Ficou combinado que o Ministério da Viação facilitaria o transporte dos trabalhadores para as capitais dos Estados, atingidos pela seca, no limite previsto, em campos de concentração, mantidos pelos interventores. (Correio da Manhã, 12 de abril de 1932)*

Entretanto, como “órgãos encaminhadores de operários para as obras de socorro”, mantinham o “ordenamento das atividades sociais, baseado num poder exterior e inalcançável: disciplina hierárquica.” Mas na prática, “os campos eram áreas cercadas e vigiadas por homens armados, sob comando do próprio Chefe de Polícia, na capital, e dos Prefeitos, que na época eram oficiais nomeados pelo Interventor Federal no Estado.” (NEVES, 1995: 114-115)

Com as primeiras chuvas, no início de ano de 1933, os campos de concentração foram extintos. Porém, as dificuldades provocadas pelas secas ainda comprometiam o desenvolvimento da região. Além disso, muitas famílias foram dispersas, deixando à mercê da própria sorte mulheres, crianças, viúvas, que ficavam à espera de seus companheiros que foram afastados para desenvolver atividades em outras regiões e garantir seus sustentos.

A extinção dos campos de concentração marcou o fim da prática de controle do governo sobre os retirantes, que voltam para suas regiões de origem. Assim, com a intensificação da miséria em decorrência da seca, “manifestam-se dois tipos de reação por parte dos pobres do campo: a formação de grupos cangaceiros e a formação de seitas de místicos – fanáticos.” (FACÓ, 2009: 47)

## O CALDEIRÃO DE SANTA CRUZ DO DESERTO

Desse modo, como já havia ocorrido em outros momentos de miséria, um movimento social surgido na década de 1920 deu conta de receber parte desses retirantes recém-saídos dos “currais”. Localizado na serra do Crato, interior do sul do estado do Ceará e conhecido como Caldeirão de Santa Cruz do Deserto.

O Caldeirão, como ficou conhecido, foi entre muitos, um movimento social de resistência, de luta contra a opressão ou reivindicação de direitos. A comunidade que ali se instalou, pôde experimentar durante dez anos (1926-1936) uma forma de vida totalmente diferente, ancorada em uma coletividade que se auto-organizava e tudo produzia para garantir a vida de mais de mil pessoas de forma digna, até ser totalmente destruída pelo governo estadual em 1936.

O nome Caldeirão tem origem das formas geológicas denominadas de Caldeirão, que são escavações realizadas pela força das águas nas rochas, ocasionando a dissecação do relevo e formando espécies de reservatórios naturais que acumulavam água inclusive nos tempos de estiagem, favorecendo a agricultura no local.

Caldeirão de Santa Cruz do Deserto é uma das várias manifestações camponesas que deram origem a formas de organização social e religiosa classificadas como messiânicas, denunciando, com grande nitidez, o confronto entre as forças repressivas do Estado e outras formas possíveis de se viver.

Para a pesquisadora Ilse Scheren-Warren(1989) observa que sempre foi característico dos movimentos a existência de um objetivo comum bem como a criação de laços de solidariedade entre seus membros.

Segundo Cordeiro (2004) e Maia (1987), o Caldeirão foi uma comunidade camponesa, com uma estrutura social voltada para a prática do trabalho em um sistema de produção e distribuição dos resultados, que tinha na oração um fator de aglutinação do grupo.

*A comunidade do Caldeirão não vivia apenas para o trabalho: a vida religiosa era da maior importância. Entretanto o trabalho dependia da religião, não havendo predominância da religião sobre o trabalho e vice-versa. (MAIA, 1987: 135)*

As terras do Caldeirão foram confiadas pelo Padre Cícero a José Lourenço, líder religioso, responsável pela criação da comunidade, cujo modo de produção adotado era uma afronta às ideias do coronelismo nordestino.

Conforme Araujo (2005), Jose Lourenço nascido provavelmente na Paraíba, após muito tempo distanciado de sua família, teve conhecimento que seus familiares tinham se mudado para Juazeiro do Norte, no Ceará – lugar que se tornara um polo de atração devido à fama de

Padre Cícero. O município de Juazeiro passava por um acelerado processo populacional. Romeiros vindos de todos os cantos encontravam conforto na religião, para a difícil vida que levavam.

Estabelecendo-se no município, José Lourenço como seguidor de Padre Cícero tornou-se um beato. Conforme Cordeiro (2004) entre as características comuns dos beatos estariam a prática de penitências, da caridade, da castidade e – por desprezarem os bens materiais – da mendicância. Porém, José Lourenço não era um beato comum. Celibatário e casto despertava entusiasmo e admiração nos companheiros de práticas religiosas e sobrevivia do seu próprio trabalho, cujo produto dividia com os pobres.

Cordeiro (2004) aponta que foi o Padre Cícero quem aconselhou o beato a arrendar as terras do Baixo Danta e a estabelecer-se lá com sua família, passando a receber, continuamente, trabalhadores rurais e romeiros, enviados pelo padre, que chegavam em grande número. Contudo em 1926, após dedicar-se 30 anos de trabalho nas terras, o sítio foi vendido, sendo o beato e seus seguidores expulsos sem qualquer indenização pelas melhorias efetuada. Foi após esse episódio que Padre Cícero encaminhou o beato para outro sítio de sua propriedade, este localizado no sopé da Chapada do Araripe, conhecido por Caldeirão. O pesquisador ainda destaca que para lá, se dirigiram cerca de 1700 pessoas.

O trabalho no novo sítio a princípio não foi fácil. Desmatamentos tiveram que ser feitos, casas foram construídas, pois não havia a mínima condição de moradia para aqueles que foram expropriados do Baixo Danta.

Conforme Maia (1987), a comunidade ao se organizar montou um sistema de produção e distribuição de bens básicos, capazes de assegurar a manutenção de seus membros, garantindo-lhes alimento para o corpo e para o “espírito”, moradia, terra e meios para cultivá-la. Tratava-se de um sistema comunitário, embora não tivesse base em nenhuma teoria política ou modelo de comunismo.

Aos poucos a comunidade foi alcançando sua autossuficiência de forma nunca vista no Brasil até então, sendo considerada uma forma revolucionária dentro das condições sociais do país, sobretudo do Nordeste. Lá se produziam desde roupas a ferramentas de trabalho. Teares manuais utilizando o algodão, cultivado no próprio local, confeccionavam as roupas.

Mediante métodos artesanais, o Caldeirão construía verdadeiras “indústrias” a fim de suprir as necessidades da comunidade.

De acordo com Maia (1987) fabricando tudo de que necessitava, o Caldeirão se tornava uma comunidade autônoma, necessitando minimamente recorrer ao comércio das cidades vizinhas para comprar aquilo que consumiam e utilizavam cotidianamente. Quando recorriam ao comércio era para comprar querosene para iluminação ou remédios para a população.

Com grande seca de 1932, o Caldeirão oferecia assistência para uma multidão de pessoas que recorria à sua caridade, praticada em virtude dos princípios cristãos que defendia e que era pregado pela igreja católica, a qual seguia mesmo a comunidade tendo sido posta à margem dos cuidados e serviços prestados pela mesma durante todo o seu período de existência.

Sob a liderança do Beato José Lourenço, que pregava a religiosidade popular e exigia rígida retidão moral entre os habitantes da comunidade o Caldeirão recebeu centenas de sertanejos, entre eles muitos retirantes que conseguiram fugir dos “currais da seca”. Em conjunto, os moradores trabalhavam e dividiam o resultado do esforço coletivo Encontravam, dessa forma, a oportunidade de garantir sua subsistência. “Assim, onde o Estado falhara, a fé acudia aos necessitados.” (LEVINE, 1995: 16)

*A sociedade “decente” dos camponeses funcionava nos termos da “lei”: a lei de Deus e os usos costumeiros, que era diferente da lei do Estado ou da do senhor, mas, apesar disso, constituía uma ordem social. E na medida que concebia uma sociedade melhor, pensava nela como o retorno a uma lei antiga ou até mesmo, em alguns momentos, como o avanço para uma lei nova que poderia trazer não só a verdadeira justiça, mas também liberdade. (HOBSBAWM, 2010: 211)*

Segundo Lopes (1991), em 1932 a organização socioeconômica do Caldeirão já estava tão bem estruturada que não houve problemas no socorro oferecido aos flagelados. Desse modo, a comunidade do Caldeirão despertou a insatisfação das elites da região, e estas receberam o reforço do governo federal devido a supostas ligações comunistas.

De acordo com o recenseamento feito em 1936 a pedido das autoridades, foi possível concluir que “75% dos fanáticos eram filhos do Rio Grande do Norte” (NEVES, 1995: 105), sendo apenas 25% da população do Caldeirão composta por cearenses. O elevado contingente de retirantes de Natal despertou a desconfiança de que o Caldeirão havia se tornado refúgio de

comunistas, uma vez que a Insurreição Comunista de 1935 teve seu início no Rio Grande do Norte.

Diante de tais circunstâncias e temendo novos levantes comunistas, em maio de 1937 a Serra do Araripe, que abrigava ainda alguns sertanejos remanescentes do Caldeirão, foi vasculhada e, segundo matéria publicada pelo jornal “*O Estado*”, em “voo de reconhecimento sobre o local do conflito” foram descobertos “abarracamentos, tipo militar, dos fanáticos”. No dia seguinte, houve “pela manhã e à tarde novos voos, desta vez metralhando rudemente as barracas.” Assim, de acordo com o chefe de polícia da época, a comunidade foi invadida também por terra, “onde morreram cerca de 200 camponeses”. Para não terem o trabalho de enterrar os corpos, “os soldados juntam os mortos e, com gasolina, fazem uma grande fogueira de camponeses assassinados.” (NEVES, 1995: 147-148)

O movimento foi combatido no ano em que se instituiu a Ditadura do Estado Novo por Getúlio Vargas. Porém, 1937 também marcou um novo período de seca que se abateu sobre o Nordeste, escassez de alimentos, migrações e saques, situação agravada pelo Estado Novo, que impôs forte censura à mídia, impedindo que a população tomasse conhecimento da comunidade do Caldeirão.

## A IMPRENSA LOCAL E A CRIMINALIZAÇÃO DO MOVIMENTO

O poder exercido politicamente por pessoas de forte poder local, ao recorrer ao governo federal, trata de disseminar a ameaça da desordem. Assim ocorreu em relação à demanda para a criação dos campos de concentração no Ceará, o que também pode ser verificado anos mais tarde, na coação para destruir o movimento social do Caldeirão, no mesmo estado.

Desse modo, problemas locais ganham ampla repercussão e exigem respostas eficazes a fim de garantir a paz e a segurança mesmo nas regiões mais afastadas do poder central. A imprensa, certamente, tem um papel incisivo.

*O ministro da Viação recebeu o seguinte telegrama do interventor federal na Paraíba do Norte: "Acabo de receber o seguinte telegrama urgente de Cajaseiras: Aglomeração de famintos cresce cada momento, atraídos pelas notícias dos serviços da estação absolutamente insuficiente. Dois mil homens, chefes de numerosas famílias sem trabalho imploram socorro particular, sendo impossível serem atendidos, criando-se eminente perigo ataque, cuja ideia já se propala pelo que comércio está fechado e as famílias intranquilizadas ante grave situação. Apelamos v.ex. no sentido de mandar urgentes trabalhos de vulto ou meios de transporte outros pontos não atingidos pela seca, ou intervir mesmo sentido junto dr. José Américo, a fim de salvar infeliz população sertaneja. Saudações — D. Moysés Coelho: De Cajaseiras; Thimoteo Pereira, presidente da Associação Comercial Pergentino Leite, presidente Grêmio Artístico Firmino; Barbosa, presidente Círculo Operário, Francisco Rodrigues, presidente União Moços Católicos e Antônio de Souza secretário Sindicato Agrícola; João Siqueira presidente Associação Empregados Comércio. Abraços — Antenor Navarro, interventor". (Correio da Manhã, 13 de abril de 1932)*

No movimento do Caldeirão, é possível avaliar o papel desempenhado pela imprensa na defesa dos interesses dos latifundiários locais, na tentativa de despertar as autoridades federais, como no trecho do jornal O Povo, de Fortaleza, na edição de 02 de março de 1936, destacada a seguir:

*Dois malandros do Ceará, José Lourenço e Severino, andam explorando no vale do Cariri a memória do Pe. Cícero para fanatizar os coitados alucinados pela seca. Os fiéis que eles atraem invocando a memória do padrinho são obrigados ao trabalho. São fanáticos não resta dúvida, mas fanáticos que lavram a terra plantando cana e arroz. (CORDEIRO, 2008: 2)*

A mesma forma pejorativa dada ao líder da comunidade e o possível perigo que o movimento poderia acarretar no futuro foram encontrados nas notícias da Revista Policial do Ceará.

*O sr. Chefe de Polícia, no início do corrente mês, dirigiu uma importante diligência, servida de forte contingente policial e de estação de rádio, no objetivo de acabar de vez com a colônia de fanáticos que, de futuro, poderia criar embaraços (Revista Policial – CE, setembro de 1936)*

O movimento, que foi combatido no ano de 1937, teve como aliada a imprensa local, patrocinada pelas classes dominantes, que estavam satisfeitas com o fim do movimento, porém preocupadas com sua repercussão, foram divulgadas justificativas para tanta violência, na edição de 12 de maio de 1937, em O Povo, cuja autoria não foi conhecida:

*Usam os penitentes do beato José Lourenço, sem exceção, homens, mulheres e crianças, ordinária roupa preta, tinta com lama, que exala insuportável mau cheiro. Quase todos possuem uma espingarda de caça, garrunchas e alguns*

*revólveres. Não é possível ocultar o perigo que acomete este ajuntamento selvagem em lugar deserto e despolicado como a Serra do Araripe, não sendo de estranhar que dentro em breve surjam roubos e tropelias outras praticadas por aquele bando de inconscientes de quase mil indivíduos, atualmente vagabundos e ociosos. Por isto julgamos prestar grande serviço à nossa terra dando notícia dentro das fronteiras do nosso município desse cancro social. (CORDEIRO, 2008: 03)*

Diante de um discurso que busca, pela ciência e teorias sociais e raciais em debate na ocasião, “o relatório policial não se limita a narrar os fatos e explicá-los”, tentando justificar as ações do governo diante do movimento, atribuindo as ações de repressão ao Caldeirão, verdadeiros “núcleos diferenciadores, que devem ser destruídos para a ‘ordem e progresso’ se fazer presente”, justificando, através das teorias positivistas que “a verdadeira História da Humanidade é a história das elites; a massa anônima é apenas material de construção – não pode dirigir; as minorias inteligentes e cultas representam o cérebro que pensa, analisa, conclui, ordena.” (LOPES, 1991: 137)

A imprensa, conforme denuncia Régis Lopes, “dá boa ajuda à polícia no sentido de direcionar a opinião pública”, mesmo antes do desfecho final da comunidade do Caldeirão, uma vez que “faz elogios à postura do ‘ilustre chefe de polícia’ e tenta justificar a destruição de um ‘grande núcleo de fanatismo em pleno Cariri.’” (LOPES, 1991: 138)

A forma de vida em comunidade onde todos trabalhavam e rezavam era no mínimo exótica aos olhos do poder, ela certamente incomodava a Igreja, aos proprietários das terras e ao Estado.

Em torno de um líder religioso, José Lourenço, seus participantes trabalhavam em prol de todos, tinham tudo que precisavam e praticavam rituais diferentes da ordem religiosa dominante objetivando livrar-se da exploração, opressão e o pouco caso com que as autoridades encaravam o problema da seca, sempre considerada uma catástrofe natural, o que naturalmente não caberia a intervenção do Estado.

Para a Igreja, o movimento de Santa Cruz do Deserto, assim como qualquer manifestação do catolicismo popular não eram bem vistos, uma vez que as romarias e o fanatismo caracterizavam-se como uma desordem social.

Desse modo, para os grandes proprietários, “donos do poder”, a divulgação da forma como viviam os habitantes da comunidade do Caldeirão apresentava uma ameaça aos ditames da ordem e manutenção do *status quo*.

Além do mais, a vida comunitária fazia menção ao fim da propriedade privada, representando um discurso perigoso naquele contexto histórico.

Manter a ordem desejada era o objetivo das oligarquias rurais não sendo poucas as vezes, como ressalta José de Souza Martins (1985), em que a violência e assassinatos foram verificados para a consecução de seus interesses ou seja para manter suas propriedades e garantir uma grande parcela da população “sobrante” disponível para o trabalho.

Denominada atualmente como o quarto poder, a mídia se apresenta como a maior fonte de informação para a sociedade não sendo raro seu poder de manipulação que atua como uma forma de controle social, contribuindo para a formação de um número considerável de pessoas sem opinião própria, ou seja, pessoas induzidas a não contestar e aceitar o discurso do outro sem questionamento.

Como instrumento de manipulação a serviço de interesses particulares, dos grandes interesses do poder, alguns jornais na época como, por exemplo, *O POVO*, do estado do Ceará, tinham o poder de construir opiniões, gerando mudanças de atitudes e comportamentos, substituindo e orientando valores, modificando e influenciando contextos sociais, grupos, constituindo-se como árbitros de valores e verdades.

Todo um discurso ideológico, criando modelos a serem seguidos e homogeneizando estilos de vida, dificultou, ou até mesmo, impossibilitou o reconhecimento do sujeito de direito e o assumir do exercício de cidadania, uma vez que a mesma incentiva e provoca atitudes reificadas.

Manipulação aqui ganha contornos de controle, indução, através da razão ou dos sentimentos. Ideologia seria o emprego de configurações simbólicas para criar ou sustentar relações hierárquicas de dominação.

Os discursos da mídia, operados da forma como foram e ainda costumam ser realizados, impedem que os sujeitos pensem, falem, vivam, constituam suas subjetividades de

forma livre e ética. O homem é privado de sua voz, sua palavra, o que coloca em cheque o seu direito participativo e liberdade.

Logicamente, na época do Caldeirão, os jornais contribuíram para transmitir o discurso ideológico, divulgando formas e estilos de vida que seriam modelos a serem seguidos. Tudo que fugia ao tradicional era mal visto.

O Caldeirão de Santa cruz do Deserto foi acusado de ser uma comunidade perigosa à ordem imposta formada por pessoas sujas, possíveis ladrões, adeptas do comunismo. Este era sem dúvida um discurso prático e conveniente.

Até os dias de hoje, são veiculadas notícias mostrando a triste realidade daqueles que têm que conviver com esta inconstância da natureza, sendo natural dos homens não resolverem a questão, mas sim criminalizar formas alternativas de se viver.

As mídias, no caso a imprensa, por vezes manifestam-se a serviço do poder, neste caso, o dos grandes proprietários de terra, que muitas vezes são também proprietários dos grandes jornais. Divulgam notícias a muitos, mas defendem os interesses de poucos, sem estimular a criticidade e sem considerar as circunstâncias históricas que motivaram o movimento social.

Apesar das atrocidades conferidas, e até veiculadas pela grande imprensa de forma sensacionalista, o movimento social do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto foi capaz de (des)naturalizar o natural, naturalizar a solidariedade e pode contribuir com bons dez anos de liberdade em relação à opção de vida em comunidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste”. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, v. 15, nº28, p. 111-120, 1995, p. 118-119.

ARAÚJO, Garcia de. Assentamentos Rurais: Trajetórias dos trabalhadores rurais assentados e cultura política. Natal: Editora da UFRN, 2005.

ARAÚJO, João Mauro. Sopro de Liberdade: A tragédia de uma utopia de igualdade e autosuficiência. Problemas Brasileiros, São Paulo, n. 370, p. 38-43, jul/ago. 2005.

CORDEIRO, Domingos Sávio de. Um Beato Líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão. Fortaleza: Editora da UFC, 2004.

CORDEIRO, Domingos Sávio. Caldeirão de Santa Cruz: memórias de uma utopia comunista no Nordeste brasileiro. Arquivo apresentado no VI Congresso Português de Sociologia, Ceará, 25 a 28 de junho de 2008. p. 2.

FACÓ, Rui. Cangaceiros e fanáticos – gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

HOBBSAWM, Eric. Bandidos. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LEVINE, Robert. O Sertão Prometido: o massacre de Canudos. São Paulo: EDUSP, 1995.

LOPES, Régis. Caldeirão. Fortaleza: EDUECE, 1991.

MAIA, Veralúcia Gomes. Caldeirão: Uma comunidade cristã de camponeses. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Natal, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1987.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. 3.Ed Petrópolis: Vozes, 1985.

NEVES, Frederico de Castro. Cural dos bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). Revista Brasileira de História, São Paulo: v.15, nº 29, p. 93-122, 1999.

\_\_\_\_\_. “Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas”. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 21, nº 40, p. 107-131, 2001.

SCHEREN-WARREN, Ilse. Movimentos Sociais. 3ª Ed. Santa Catarina: Editora da UFSC, 1989.

VILLA, Marco Antônio. Vida e Morte no sertão. São Paulo: Editora Ática, 2000.